

A ESTRUTURA GRAMATICA NA LIBRAS E SUAS ACEPÇÕES LINGUÍSTICAS

Rodrigues, Leonira Ofrunã

RESUMO

Esta pesquisa visa apresentar os elementos linguísticos e gramaticais que fazem da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) um sistema nato de comunicação. A pesquisa leva em consideração a hipótese de que as pessoas com surdez possuem a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e consideram como segunda a Língua Portuguesa, tendo em vista ser ela possuidora de um sistema linguístico próprio, com suas variações e sentidos semânticos que permitem uma comunicação tão eficiente quanto a comunicação feita pelos ouvintes. Sendo assim, procurou-se fazer um levantamento sobre a história e a luta das pessoas com surdez, bem como estudar a organização gramatical da língua através dos três grandes campos sistêmicos: fonologia, morfologia e sintaxe. Para a realização desta pesquisa utilizou-se da Língua Portuguesa para mostrar as semelhanças estruturais existentes entre as duas línguas, tendo por base a LIBRAS. Buscando identificar a diferença existente entre a estrutura gramatical da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa, através da comparação de sistemas.

Palavras-chave: surdo, sistema, LIBRAS, sintaxe, língua de sinais.

1. INTRODUÇÃO

Realizar uma pesquisa como a que se propõe este trabalho monográfico precisa levar em consideração o fato de que as Línguas de Sinais têm luz própria, ou seja, elas possuem suas próprias regras, obedecem a uma ordenação de sinais que permitem aos surdos comunicar-se. O principal objeto de estudo é a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que deve ser considerada como primeira língua para os surdos, tendo em vista sua gramática diferenciada e independente da língua oral.

A Lei Lei 10.436/2002, homologou o Estatuto Linguístico da LIBRAS como Língua Materna dos surdos brasileiros e consolidando sua condição de estrutura linguística composta de todos os componentes pertinentes às línguas convencionais, como gramática semântica, pragmática sintaxe e outros elementos, preenchendo assim, os requisitos científicos para ser considerada instrumental linguístico de poder e força.

As Línguas de Sinais (LS) são utilizadas pela maioria das pessoas surdas no mundo. A LIBRAS é o meio e o fim da interação social, cultural e científica da comunidade surda brasileira, é uma língua viso-espacial.

Skliar, diz que:

Os surdos criaram, desenvolveram e transmitiram, de geração em geração, uma língua, cuja modalidade de recepção e produção é viso-gestual. Muitos supõem que essa modalidade lingüística nasceu porque a deficiência auditiva impede os surdos de acederem à oralidade. Assim, a língua de sinais deixa de ser vista como um processo e como um produto construído histórica e socialmente pelas comunidades surdas. (SKLIAR, 2005, p. 23)

Contudo, os estudos revelam que não é a deficiência, o empecilho que impede o surdo de aderirem à oralidade, mas a tentativa de buscarem uma cura para quem não é doente. Isto porque a surdez é considerada uma deficiência que pode ser nata ou adquirida e não uma doença que necessite de tratamentos dolorosos e bárbaros como tentou-se e tentam fazer até hoje.

Isto posto, o presente trabalho monográfico apresenta um estudo sobre os elementos lingüísticos e gramaticais que fazem da LIBRAS um sistema nato de comunicação. Para tal, estudar-se-á a organização sintática da língua através dos campos gramaticais: fonologia, morfologia e sintaxe, visando estudar a organização sistemática da LIBRAS, tendo como objeto de amostragem a Língua Portuguesa.

A pesquisa encontra-se estruturada em três capítulos: No primeiro capítulo foi realizado um levantamento histórico sobre o tratamento dado aos surdos através dos tempos, ao mesmo tempo em que buscou-se compreender, apreender e conceituar a surdez. No segundo capítulo discorreu-se sobre a LIBRAS e suas acepções social, jurídica e gramatical e, finalmente, no terceiro capítulo abordou-se a organização gramatical do sistema lingüístico da LIBRAS enquanto sinais conversacionais visando os três campos sistêmicos.

2. A COMUNICAÇÃO HUMANA: BREVE HISTÓRICO

A comunicação sempre foi o principal desafio humano, isto porque, dela dependeria a evolução da raça humana. Se a princípio, o homem comunicava-se apenas com grunhidos e outros sons primitivos, hoje, a evolução tecnológica permite ao homem expressar-se com, praticamente, todo o globo utilizando-se apenas de pequenos botões.

Para chegar ao que é hoje, o homem adotou várias formas de linguagem como a mímica, passando a seguir para a linguagem oral, ao descobrir a combinação de sons, que deram origem às palavras e a linguagem escrita, considerada a conquista mais recente do homem que, segundo estudos, tem nos povos da Mesopotâmia os primeiros registros de sinais e símbolos encontrados nos anos 3.500 a.C.

Hoje, a comunicação representa um importante processo social permitindo o relacionamento de qualquer grupo ou sociedade, além de receber influências do meio físico, absorve traços culturais e psicológicos dos agrupamentos humanos. Apesar do desenvolvimento dos meios de comunicação, com a adoção de aparelhamento técnico especializado, sonoro e visual, a linguagem é o mais importante meio de comunicação entre as pessoas, representando-as individualmente ou reunidas em grupos ou classes. É através dela que se expressam ideias, sentimentos e comportamentos.

Seja qual for o tipo de linguagem – mímica, oral ou escrita – ela reúne um conjunto de códigos através do qual o emissor se comunica com o receptor. Ao decodificar a mensagem, o receptor efetiva a comunicação.

Para Jakobson (1970):

[...] A linguagem em seus vários aspectos lida com ambos os modos de relação. Quer sejam trocadas mensagens, quer a comunicação proceda unilateralmente do expedidor ao receptor, deve haver alguma espécie de contiguidade entre os participantes de qualquer ação da fala a fim de garantir a transmissão da mensagem. A separação no espaço, e muitas vezes no tempo,

entre dois indivíduos, expedidor e receptor, é ligada por uma relação interna: deve haver uma certa equivalência entre os símbolos usados pelo expedidor e aqueles conhecidos e interpretados pelo receptor. (JAKOBSON, 1970, p. 43)

Assim, no processo tem-se um receptor que recebe a mensagem, um emissor que a emite e um canal de comunicação, que é o meio físico através do qual ela é transmitida. Para que exista a mensagem é preciso um tema, isto é, um motivo, que é própria razão da comunicação. Pode-se dizer, então, que o ato de comunicar é o ato de trocar mensagens. A troca de mensagem requer uma habilidade que, neste caso, é exclusiva dos seres humanos. Nas palavras de Dimbleby e Burton (2007): “[...] ela ocorre através da linguagem, que é também uma capacidade que pertence apenas ao ser humano.” (DIMBLEBY e BURTON, 1990: 37 *apud* HOHLFELDT, 2007, p. 61).

É relevante ressaltar que, sendo o homem um ser eminentemente social, a comunicação é um fenômeno social, como revela Hohlfeldt (2007): “[...] a comunicação é um fenômeno social, porque se dá através da linguagem e implica um número maior de elementos que uma só pessoa.” (HOHLFELDT, 2007, p. 62). Neste sentido, pode-se dizer que há uma relação entre os processos comunicacionais e os desenvolvimentos sociais. Para o estudioso:

[...] a comunicação, ao permitir o intercâmbio de mensagens, concretiza uma série de funções, dentre as quais: informar, constituir um consenso de opinião – ou, ao menos, uma sólida maioria – persuadir ou convencer, prevenir acontecimentos, aconselhar quanto a atitudes e ações, constituir identidades, e até mesmo divertir. (HOHLFELDT; 2007, p. 63)

É claro, trata-se até aqui da comunicação entre falantes que usa da oralidade para concretizar as funções descritas acima. Isto porque ao homem cabe a realização social, seja através das trocas de sentimentos, de idéias, de experiências pessoais etc., tendo em vista que o homem é um ser social, fato que o torna capaz de adquirir a linguagem falada ou a linguagem de sinal. Para Sachs: “[...] A aquisição do Sinal, da fala, ou de ambos depende do intercâmbio com as pessoas à volta, do ouvir a sua fala, ou do assistir ao seu Sinal.” (SACHS, 2001, p. 08).

O desenvolvimento da comunicação humana correlata ao seu desenvolvimento social transforma o homem no único ser capaz de superação. Fato este comprovado pela velocidade em que o homem moderno se comunica: Internet, Messenger, e-mails, enfim, as mídias são os principais meios adquiridos na contemporaneidade da comunicação. A história revela que o surgimento dos meios de comunicação como o rádio, a televisão, o telefone, a internet etc., só foi possível porque o homem sentiu a necessidade de comunicar-se e, por isso, inventou o telégrafo, os foguetes, os aviões, a teoria da relatividade, a comunicação de massa, o cinema, o teatro, enfim, a capacidade de comunicação deu ao homem as ferramentas necessárias para evoluir através da linguagem seja ela oral, escrita ou de sinais.

Na atualidade, um ser que não consegue se comunicar torna-se uma pessoa à margem da sociedade e durante muitos anos essa realidade estendeu-se a um grupo social muito especial – às pessoas com surdez – seja a surdez adquirida por um sinistro ou a surdez nata, aquela em que a pessoa nasce surda. Para esse grupo social, o reconhecimento e o entendimento de que são capazes de se comunicarem com falantes e ouvintes é uma vitória que vem sendo alcançada a duras batalhas como conta a história da evolução comunicativa das pessoas com surdez.

Os surdos, como qualquer outra pessoa com problemas físicos ou mentais, eram privados de seus direitos básicos. Considerados pessoas incapazes de aprender eram excluídas da sociedade. Dentre as restrições que lhes eram impostas estavam a liberdade de constituir família, possuir ou herdar bens ou de manter convívio social.

2.1. O tratamento dado aos surdos pelos Gregos e Romanos até a Idade Média

A história das pessoas com deficiência percorreu um caminho longo e doloroso até serem “aceitas” na sociedade como pessoas humanas, com

sentimentos e pensamentos próprios. As pessoas com problemas eram privadas de exercerem seus direitos básicos, principalmente os surdos, pois para estes faltavam, o principal quesito para sua inserção social, a oralidade para a comunicação.

As atrocidades cometidas contra os surdos por causa da sua “incapacidade” de comunicação eram tantas que, na antiguidade chinesa, os surdos eram lançados ao mar. De acordo com Arriens (2007): “Os gauleses os sacrificavam ao deus Teutates por ocasião da Festa do Agárico. Em Esparta, os Surdos eram jogados do alto dos rochedos e, em Atenas, eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos.” (ARRIENS, 2007, p. 6)

Diante dos fatos pode-se afirmar que os surdos não eram considerados seres humanos competentes. Diziam que sem a fala não se desenvolveria o pensamento. Aristóteles falava que a linguagem era o que dava a condição de humano ao indivíduo. Para os romanos os surdos que não falavam não tinham direitos legais, não podiam fazer testamentos e precisavam de um curador para todos os seus negócios. Eram considerados incapazes de gerenciar seus atos, perdiam sua condição de ser humano e eram confundidos com os “retardados”.

Ainda de acordo com Arriens (2007): “Os gregos, como também os romanos, consideravam os surdos privados de toda possibilidade de desenvolvimento intelectual e moral.” (ARRIENS, 2007, p. 6). Essa situação só viria a modificar-se com o código Justiniano (483-482a.C.), quando começam a distinguir os graus de deficiência auditiva; mas o que nascia Surdo não poderia ser educado, sendo comparado aos idiotas, absolutamente incapaz para a prática de atos da vida jurídica.

A educação para surdos, segundo Lulkin (*apud* SKLIAR, 2005), data de 1760, na França, tendo sido moldada pelo Antigo Regime francês e passa por adoção da Assembléia Nacional, em 1791, ano que marca a criação do primeiro Instituto Educacional para Surdos de Paris (INJS). Foi através do

movimento europeu que a língua de sinais passou a ser reconhecida como forma de comunicação. Abade de L'Épée, fundador da escola de Paris, foi o precursor de uma metodologia própria para a educação dos surdos. Sua metodologia chamou a atenção de padres e educadores que fundam inúmeras escolas para surdos na Europa e nos Estados Unidos.

A língua de sinais permeava a formação dos surdos, tendo em vista que através dela era explorada a base para uma pedagogia especial, onde, segundo Lulkin (2005), “[...] a religião, a moral, a formação profissional e a língua nacional constituíam o núcleo do currículo.” (LULKIN *apud* SKLIAR; 2005, p. 34).

O interesse e os estudos para uma suposta “cura” para a surdez permitiu que se cometessem verdadeiras barbáries contra os surdos. A língua de sinais chegou a ser proibida e os métodos de pesquisas viraram polêmica quando em 1853, por ocasião da publicação do *Tratado filosófico e médico da Surdo-mudez*, do Dr. Blanchet divulga seus métodos para reeducação do ouvido. Segundo Lulkin, os métodos utilizava atitudes como: “[...] abertura do crânio e colocação de um perfurador, cortes de bisturi no ouvido médio, entre outros procedimentos empíricos.” (LULKIN *apud* SKLIAR; 2005, p.34)

Enfim, muitas foram as polêmicas e as barbáries cometidas contra os surdos no decorrer de sua história, tudo em nome de uma “cura” que jamais seria encontrada. A aquisição do conhecimento não foi, nem de longe, o principal foco da ciência, especialmente porque a visão da época era a de que, por não possuir a fala, o surdo não conseguiria modelar seus pensamentos, seus sentimentos, suas emoções, etc..

2.2. O Conceito de Surdez

As barbáries cometidas contra os surdos em nome de uma “cura” que não fora encontrada eram tão absurdas que, conceituar a surdez não é

uma tarefa simples, pois requer conhecimento dos diferentes graus de perda auditiva do sujeito, e de fatores como, por exemplo, o relacionamento com pessoas de seu próprio ambiente social, seja surda ou não. A forma como o surdo vê e como “ouve” o mundo que o cerca são fatores importantes para iniciá-lo no mundo das letras, a fim de estabelecer uma interrelação com o mundo dos ouvintes.

É notório o fato de que todo indivíduo tem capacidade de se apropriar, aprender e interagir frente ao mundo social do qual faz parte. Neste sentido, para que o homem faça parte da sociedade precisa seguir regras e modelos que lhe permita se inserir ou não. No tocante à linguagem, independente de como ela se realiza, torna-se relevante questionar até que ponto a interação linguística (línguas de sinais e oral auditiva), quando valorizada, aceita e defendida passa a fazer parte de um contexto social.

Existem casos de grupos socialmente formados de pessoas com surdez, pelos menos em termos sociolinguísticos, que se permitem trocar informações sobre os vários seguimentos sociais, político, religiosos, familiares etc. A forma de linguagens utilizadas no seio desses grupos, tende a se perpetuar. Essa forma de relacionamento permite aos grupos expressarem seus anseios e seus desejos, em todos os sentidos da liberdade de expressão, de forma que passam a fazer parte do que Skliar (1998) chama de “jogo social”. Dessa forma, criam suas próprias regras para a escrita e a fala. Esses pontos chave incita-os a (re)pensar que a questão da surdez, tem mais caráter de “déficit de comunicação” por falta de instrumentos capazes de supri-las do que uma deficiência propriamente dita, que impossibilita a realização de qualquer tarefa, da mais simples a mais complexa, daí o fato da exclusão se perpetuar.

Para Skliar (1998):

A surdez constitui uma diferença a ser politicamente reconhecida; a surdez é uma identidade múltipla ou multifacetada e, finalmente, a surdez está localizada dentro do discurso sobre a deficiência [...] [...] existe a possibilidade de estar sempre buscando e propondo, conhecer a apropriação das potencialidades do sujeito sendo, voltadas para análise dos discursos acerca da surdez seja no contexto político, social e escolar inclusivistas, sem, entretanto, esquivar da importância desse sujeito como agente de

transformação, como um todo no meio social. (SKLIAR, 1998, p. 11)

Assim, do lado clínico tem-se observado que, a medicina tem feito grandes progressos nas curas e descobertas de remédios para várias doenças, inclusive no Brasil. Entretanto, quando o assunto é deficiência auditiva ou surdez, a tendência do médico é fazer com que haja a restituição da “normalidade” do sujeito quanto à detecção de perda auditiva. A Busca pela “cura” de uma doença inexistente faz com que o médico negue tal fato, de forma que o paciente é colocado à margem da “cura” para a surdez, dando-lhe o caráter de – portador de deficiência.

É importante ressaltar que, a exclusão imposta ao portador de deficiência, ocorre quando se percebe que mais nada pode ser feito em termos clínicos. Claro, não se trata de um pretexto para discutir a formação dos médicos no tocante aos diagnósticos, mas é questionável o fato que ao surdo não cabe mais vida social dentro da normalidade auditiva, tendo em vista que alguns médicos acreditam e perpetuam tal posição teórica. As discussões a cerca da surdez são divergentes, especialmente quanto a questão *doença x deficiência x tratamento*, as quais chegam a ser, em alguns casos, desnecessários e contraditórios.

Assim, como existe grande falta de informação a cerca das deficiências em todos os aspectos seja ela a física, a visual, a mental ou a auditiva, muitas discussões ocorrem entre os profissionais da área. Dentre as várias “deficiências”, a auditiva é mais contraditória, tendo em vista que o deficiente visual, mental ou físico conseguem interagir com os “ditos normais” porque possuem a fala, mesmo que defectiva. O surdo, em contrapartida não interage porque não detém a fala. Tal fato, o mantém, como já mencionado, à margem da sociedade, salvo os surdos que conseguem oralizar ou fazer leitura labial, comunicando-se através da escrita.

A surdez tem, em si, um caráter “visual”, por esta razão, segundo Skliar (1998), é preciso ver a surdez. Num sentido mais amplo, pode-se dizer que é necessário, em primeiro lugar, reconhecer que a linguagem utilizada pelos surdos lhe dará a característica de surdo e é a Língua Brasileira de

Sinais (LIBRAS), que comprove sua condição de surdo, uma vez que visualmente, sem que ocorra uma relação de comunicação, não haverá como identificá-los como sendo uma pessoa “diferente”.

Isto posto, convém definir a pessoa com surdez como alguém que simplesmente não consegue ouvir e, portanto não se comunicar concretiza a marginalização e o preconceito pessoal e lingüístico contra o surdo, seja ele portador de uma surdez leve, moderada, acentuada, severa e profunda. Fato que deveria fazer com que os ditos ouvintes/falante repensassem a formação do sujeito como um todo. A perda auditiva implica em várias mudanças desde a psicológica até a social e/ou educacional.

Normalmente, conceitua-se a surdez como a perda da capacidade de ouvir, a perda do som em seu aspecto natural ou ainda, a incapacidade de compreender a fala humana. Tais conceitos parecem revelar mais uma ideologia clínica, na busca de uma explicação e na cura para a surdez (doença x tratamento) do que um conceito científico com base sólida e fundamentada. Via de regra, procura-se tratar a surdez, como se esta fosse uma doença, que, como já mencionado anteriormente, é inexistente para muitos.

De fato, o que o surdo possui é uma “deficiência” que o impede de ouvir e, em alguns casos de ser oralizado. Todavia, ao conceituar a surdez como doença, o tratamento encontrado pelos profissionais da área, é a oralização do surdo, uma espécie de “cura” que também é inexistente, uma vez que o real problema do surdo está concretizado no déficit de comunicação. Assim, esses profissionais buscam corrigir o problema, a fim de dar ao sujeito surdo a igualdade de comunicação como sujeito ouvinte.

Cabe ressaltar também, que há uma enorme disparidade quanto às perdas auditivas que, segundo Arriens está relacionada em grau da surdez como: a surdez leve que permite ao sujeito perceber os sons da fala, por isso, consegue adquirir e desenvolver a oralidade; a surdez moderada que permite desenvolver a oralidade, mas esse desenvolvimento é demorado e

apresenta alterações articulatórias (trocas na fala) por não conseguir perceber todos os sons com clareza; a surdez severa que para conseguir a oralização necessita de aparelho de amplificação e acompanhamento especializado; e a surdez profunda que dificilmente permitirá ao surdo desenvolver a oralização de forma espontânea, tendo em vista que só responderá a sons muito intenso como bombas, trovão, etc., Por isso, utilizará a leitura orofacial e, como na severa, também necessitará de aparelho de amplificação e/ou implante coclear e acompanhamento especializado. Essas diferenças também devem ser discutidas e analisadas em seus vários aspectos para compreensão da surdez.

Para com Arriens (2007):

Sendo a surdez uma privação sensorial que interfere diretamente na comunicação alterando a qualidade da relação que o indivíduo estabelece com o meio, ela pode ter sérias implicações para o desenvolvimento de uma criança, conforme o grau de perda auditiva que as mesmas apresentem... (ARRIENS, 2007, p. 22)

É fundamental entender que a surdez não se caracteriza por uma diferença física perceptível e ao contrário do que se pensa, ela está impregnada de preconceitos, num dilema inesgotável em ser ou não ser uma deficiência. Aceitar as diferenças é entender que nem todas as pessoas são como a sociedade gostariam que elas fossem. Só assim é possível perceber que tem qualidades, mesmo sendo diferentes.

Neste sentido, de forma resumida e notória pode-se conceituar surdez, nas palavras de PACHECO et ali (2008), como o:

[...] nome dado à impossibilidade e dificuldade de ouvir, podendo ter como causa vários fatores que podem ocorrer antes, durante ou após o nascimento. A deficiência auditiva pode variar de um grau leve a profunda, ou seja, a criança pode não ouvir apenas os sons mais fracos ou até mesmo não ouvir som algum. (PACHECO et ali, 2008, p. 4).

Sendo assim, considera-se que a surdez não consiste somente em uma deficiência sensorial, mas em algo mais complexo, já que as consequências sociais da condição da surdez podem fazer com que o sujeito

não consiga se comunicar com a sociedade de um modo geral, fato que causa isolamento e discriminação do sujeito surdo.

2.3. Comunicação X Língua X Linguagem

A comunicação é uma necessidade humana, e as linguagens oral e escrita são as formas mais comuns de comunicação. Por isso, pode-se dizer que a linguagem é natural do ser humano e, através da linguagem, o ser humano estrutura seu pensamento, traduz o que sente, registra o que conhece, se comunica com outros, produz significação e sentido.

Fernandes (2003), ponteia a linguagem como um sistema de comunicação natural ou artificial, contudo o conceito da língua é mais restrito. Além disso, ressalta o conceito de língua não só como um dos processos cognitivos do ser humano e, evidentemente, de seu pensamento. Por isso, a presença de uma língua é considerada fator indispensável ao desenvolvimento dos processos mentais.

Para Vygotsky (1998), a linguagem não depende da natureza do meio material que utiliza, mas sim do uso efetivo dos signos, de quaisquer formas de realização que possam assumir papel correspondente ao da fala. Partindo dessa premissa, os surdos não são deficientes na esfera lingüístico-comunicativo, ou na construção da identidade social, mas podem tornar-se deficientes pelas condições em que se constituem como pessoas. De acordo com Perlin (2005): “o surdo tem diferença e não deficiência...” (PERLIN *apud* SKLIAR, 2005, p. 56). A incorporação de uma língua de sinais mostra-se necessária para que sejam configuradas condições mais propícias à expansão das relações interpessoais, que constituem o funcionamento nas esferas cognitivas e afetivas, e fundam a construção da subjetividade.

A pessoa com surdez apresenta uma situação de atraso no que se refere à sua capacidade de representar o real, de reconstruir e organizar os fatos distanciados no espaço e no tempo. Esse atraso, além de ser consequência da forma como a pessoa com surdez se relaciona com o meio

é, também, ao mesmo tempo, a causa de sua estigmatização social. A falta de um domínio, de um instrumento simbólico que permita a troca de informações, prejudica o exercício da capacidade representativa da pessoa com surdez e, conseqüentemente, comprometem seu desenvolvimento cognitivo levando-o, progressivamente, a uma situação de marginalidade, que reforça, mais uma vez, sua situação de atraso.

Assim, trocas simbólicas são constituídas desde a tenra idade, no qual a linguagem enriquece o pensamento e é enriquecida por ele e, nesse movimento superam-se os limites espaciais e temporais, o que possibilita ao indivíduo não apenas visar o êxito nas suas atividades, mas a reflexão sobre o que faz, podendo relacionar elementos materialmente e mentalmente, além de desenvolver sua capacidade de evocar e comunicar com os outros.

Neste sentido, há possibilidade do meio simbólico interno se desenvolver em cada sujeito, de acordo com as trocas simbólicas realizadas entre ele e a realidade na qual está inserido. De acordo com Santos (2008):

Para Bourdieu, há todo um “jogo” simbólico entre os agentes de uma sociedade, esse jogo se dá entre posição e situação e esses dois pólos estão intimamente ligados, chegam mesmo a ter semelhanças. Há uma busca por ascensão de parte a parte. As relações que se colocam entre classes sociais não devem ser olhadas apenas relativamente às estruturas, os agentes se movimentam sim em busca de legitimar sua posição. (SANTOS, 2008, p.1)

É importante ressaltar que, a linguagem permite ao homem estruturar seu pensamento, traduzir o que se sente, registrar o que conhece e comunicar-se com outros homens. Ela marca o ingresso do homem na cultura, construindo-o como sujeito capaz de produzir transformações nunca antes imaginadas.

A linguagem, prova clara da inteligência do homem, tem sido objeto de pesquisa e discussões. Ela tem sido “um campo fértil” para estudos referentes à aptidão linguística, tendo em vista a discussão sobre falhas decorrentes de danos cerebrais ou de distúrbios sensoriais, como a surdez.

Frente a isso, a palavra tem uma importância excepcional no sentido de dar forma à atividade mental e é fator fundamental de formação da consciência. Ela é capaz de assegurar o processo de abstração e generalização, além de ser veículo de transmissão do saber. Os indivíduos “normais” parecem utilizar, em sua linguagem, os dois processos: o verbal e o não-verbal.

De acordo com RIBEIRO (1998):

Os falantes também utilizam tipos de comportamento não-verbal diretamente relacionado à fala e que não se observam nos ouvintes [...]

As cabeças dos falantes balançam levemente, no ritmo do discurso; eles gesticulam com as mãos e os braços de maneira a qualificar e pontuar a fala[...] (RIBEIRO, 1998, p.19)

Dessa forma, a surdez congênita e pré-verbal pode bloquear o desenvolvimento da linguagem verbal, mas não impede o desenvolvimento dos processos não-verbais. Já está comprovado cientificamente que o ser humano possui dois sistemas para a produção e conhecimento da linguagem: o sistema sensorial que faz uso da anatomia visual/auditiva e vocal (línguas orais) e o sistema motor que faz uso da anatomia visual e da anatomia da mão e do braço (língua de sinais). Essa é considerada a língua natural dos surdos, emitida através de gestos e com estrutura sintática própria. Na aquisição da linguagem, as pessoas surdas utilizam-se do segundo sistema porque apresentam o primeiro sistema seriamente prejudicado.

Neste sentido, a capacidade de comunicação lingüística apresenta-se como um dos principais responsáveis pelo processo de desenvolvimento da pessoa surda e/ou ouvinte (falantes) em toda sua potencialidade, para que possa desempenhar seu papel social e integrar-se verdadeiramente na sociedade da qual a língua é vista como um produto social permitindo aos indivíduos exercerem sua faculdade da linguagem.

Meunier (2008) diz que:

A comunicação é um fenômeno complexo suscetível de múltiplas facetas. Cada modelo ou conjunto de conceito – corresponde a um

ponto de vista particular e parcial, mas em parte verdadeiro. Os modelos podem parecer incompatíveis – e o são de fato – porque a comunicação em si comporta aspectos antagônicos e contraditórios. Uma simples conversão supõe identificação mútua e oposição, fusão e distinção, inclusão e exclusão, e não poderia existir sem essas características opostas. (MEUNIER, 2008, p. 25)

Sendo assim, partindo da premissa de que há dois grupos distintos – ouvintes e surdos pode-se dizer que os surdos utilizam-se da linguagem não-verbal para se comunicar. Contudo, sabe-se atualmente que as línguas viso espaciais ou línguas de sinais são as únicas que garantem ao surdo um ambiente linguístico e cultural adequado para que ele consiga conceber uma teoria de mundo e formar sua identidade inserindo-se e interagindo em grupo social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A humanidade supre sua necessidade de comunicação através das linguagens orais e escrita, tendo em vista seus termos oral-auditivos. Assim, diz-se que essas formas de linguagens são as utilizadas pelos ouvintes e, em alguns casos, pelos não ouvintes. A forma de comunicar ou de se expressar dependerá do meio em que o comunicador esteja inserido.

A forma de comunicação para os surdos leva em consideração os termos visuoespaciais que estabelecem um conjunto de elementos linguístico manuais, corporais e faciais necessários para a articulação do sinal. Sendo assim, ao construir uma sentença o comunicador utiliza os olhos para entender o que está sendo comunicado, razão pela qual é importante frisar que a surdez tem caráter visual, tendo em vista que é, também, a surdez que identifica o surdo como sendo uma pessoa “diferente” e o que comprova ao surdo sua condição de surdo, no caso do Brasil, é a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), tendo seu Estatuto consolidado pela Lei 10.436/02.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIENS, Marco Antônio. **Oficina Básica: interprete e comunique-se através da linguagem corporal expressiva**. Curso de LIBRAS ministrado em 27/08/2007. Porto Velho/RO.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei 10.436/02 e art.

18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <<www.mec.gov.br>> Acessado em 14/01/2009.

_____. **Lei 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: <<www.mec.gov.br>> Acessado em 14/01/2009.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, 1995.

CAPOVILLA, Fernando César e RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngua: Língua Brasileira de Sinais**. 3. Ed. São Paulo: USP; 2001. Vol. 1.

DIMBLEBY, Richard e BURTON, Graeme. **Mais do que palavras: uma introdução à teoria da comunicação**. São Paulo: Summus, 1990.

FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio- interacionista**. 2.ed. São Paulo: Plexus, 2002.

GUARECHI, Neusa. **In: Política de Identidade: novos enfoques e novos desafios para a psicologia social**. Disponível em: <<www.quasarte.blogspot.com/2007/06/economia-das-letras-simblicas.htm>> Acessado em 14/03/2008.

HOHLFELDT, Antonio et ali Orgs.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

JAKOBSON, Roman. **A afasia como um problema lingüístico**. In. *Novas Perspectivas Linguísticas*. Oganizado por Miriam Lemle e Yonne Leite. Petrópolis: Vozes, 1970.